



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS
GABINETE

PORTARIA Nº 22/2010-GAB.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no inciso I do Art. 26 da Constituição Federal, do Art. 43 do Decreto nº 24.643, de 10 de junho de 1.934, do item "6" alínea "m", inciso III Art. 4º do Cap. III da Lei Estadual nº 12.603, de 07 de abril de 1.995, do Cap. II, Art. 10, da Lei Estadual nº 13.123, de 16 de julho de 1.997 e do que consta o Processo nº 18140/2009- 17075, **R E S O L V E:**

Art. 1º - Outorgar a **PAULO FERNANDO DA SILVA MEIRELES**, inscrito no CPF nº _____, RG nº _____, por **06 (seis) anos** o uso das águas de um afluente sem denominação do Córrego Libório, no ponto de coordenadas **15º00'16,3" S e 47º36'10,4" W**, no trecho localizado na _____, no município de **Água Fria de Goiás**, Estado de Goiás, para derivação durante **903 (novecentas e três) horas por ano, de junho a setembro**, de até **57,61 l/s (cinquenta e sete vírgula sessenta e um litros por segundo)**, para irrigação por **aspersão tipo pivô central** com área de **54,45 ha**.

Parágrafo Único - Todas as obras, projetos e estudos hidrológicos desta concessão, deverão ser executados no prazo de **01(um) ano**, para consolidação deste ato, sob pena de revogação, conforme previsto no Processo acima mencionado.

Art. 2º - Atingindo nos períodos de estiagem, vazão insuficiente para garantir o fluxo compatível com outros usos, fica o outorgado obrigado a reduzir a captação de forma a garantir uma vazão mínima, determinada pela **SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÍDRICOS**.

Art. 3º - A outorga prevista no caput do Art. 1º teve por estudo a Caracterização Hidrica realizada pelo **ENGENHEIRO AMBIENTAL LEANDRO GOMES DE SOUZA, CREA-GO Nº. 14105/D**, o qual torna-se **Responsável Técnico**, perante o Governo do Estado de Goiás, nos termos das Anotações de Responsabilidade Técnica.

Art. 4º - Para a proteção do manancial, fica o outorgado obrigado à:

- I. Utilizar técnicas adequadas no manejo e conservação dos solos;
- II. Manter a classe do manancial, conforme Resolução nº 357, de 17 de março de 2.005 do CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA;
- III. Recompôr e preservar as matas ciliares, conforme previsto em Lei nº 12.596, de 14 de março de 1995, que institui a Política Florestal do Estado de Goiás e dá outras providências;
- IV. Verificar, junto aos órgãos competentes, a necessidade de requerer o **Licenciamento Ambiental**;
- V. A captação é realizada em um barramento construído e elevado (P. 17076) com volume acumulado de **452.868,05 m³ (quatrocentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e sessenta e oito vírgula zero cinco metros cúbicos)**, que juntamente com o barramento construído logo em sequência com volume acumulado de **119.099,64 m³ (cento e dezenove mil e noventa e nove vírgula sessenta e quatro metros cúbicos)**, totalizando **571.967,69 m³ (quinhentos e setenta e um mil, novecentos e sessenta e sete vírgula sessenta e nove metros cúbicos)** é suficiente para o atendimento da demanda solicitada e à manutenção das vazões mínimas à jusante de um afluente sem denominação do Córrego Libório.

Art. 5º - O outorgado responderá criminalmente pelo não cumprimento das condições impostas nesta Portaria.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Art. 7º - Esta portaria de outorga, mantidas todas as condições expressas no respectivo ato, poderá ter sua renovação requerida com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de seu vencimento, sujeita a nova análise de viabilidade hídrica.

C U M P R A - S E.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS
RECURSOS HÍDRICOS, em Goiânia, aos 23 dias do mês de dezembro de 2010.

ROBERTO GONÇALVES FREIRE
Secretário

HARLEN INÁCIO DOS SANTOS
Superintendente de Recursos Hídricos